

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

GOVERNANÇA E AS MELHORES PRÁTICAS NAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: UM ENSAIO TEÓRICO¹
GOVERNANCE AND BEST PRACTICES IN NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS: A THEORETICAL TEAM

Maiquel Silva Kelm², Daniel Knebel Baggio³, Martinho Luis Kelm⁴, Jorge Oneide Sausen, ⁵, Laura Milena Vercelino Rorrato⁶

¹ Estudo realizado no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento - UNIJUI

² Mestre em Desenvolvimento UNIJUI. Professor da Faculdade América Latina Ijuí.
mkelm@hotmail.com

³ Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento - UNIJUI,
baggiod@unijui.edu.br

⁴ Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento - UNIJUI,
martinho@unijui.edu.br

⁵ Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento - UNIJUI,
josausen@unijui.edu.br

⁶ Acadêmica de Administração da Faculdade América Latina

1. INTRODUÇÃO

A Governança busca estabelecer um quadro de regras, relações, sistemas e processos dentro e por qual a autoridade é exercida e controlada dentro das organizações. A Governança busca englobar os mecanismos pelos quais as organizações, e os que estão no controle das mesmas, sejam responsabilizados. Embora o termo "governança corporativa" esteja difundido no senso comum, considerando que estes conceitos estejam relacionados às estruturas jurídicas e de contabilidade financeira, também foram desdobrados e desenvolvidos procedimentos e sistemas para outras áreas, tais como; saúde, segurança, questões ambientais, e integridade.

Há lógica nesta linha de pensamento se analisadas as empresas com finalidade lucrativa, onde a Governança visará garantir os interesses dos capitalistas, sócios e acionistas, em obter lucros financeiros em seu maior potencial, conduzindo a administração desta atividade por executivos contratados. Já nos casos das Organizações Não-Governamentais (ONGs), o intuito da Governança irá recair na busca por garantias dos interesses dos doadores, financiadores, da administração pública e da sociedade, e que estes estejam satisfeitos, a partir da desenvoltura das entidades, sem interesse do lucro financeiro. Desta forma, pelo montante de recursos administrados e pelo impacto que geram na sociedade, a Governança além de ser justificada é necessária.

2. METODOLOGIA

Em termos metodológicos este estudo define-se como um ensaio teórico, no sentido que busca através da literatura existente a compreensão do tema de Governança Corporativa em Organizações Não Governamentais. Este estudo pode ser classificado como uma pesquisa

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

bibliográfica teórico-conceitual, no que diz respeito aos procedimentos de classificação técnica, já que, segundo Triviños (1987), se tem um apoio significativo na utilização de um referencial teórico já elaborado, buscando uma cobertura muito mais ampla em relação ao contexto geral. Desta forma, a motivação principal deste estudo pode ser contextualizada através da seguinte pergunta: como que proceder a gestão nas Organizações Não-Governamentais (ONGs) e como estas práticas estão relacionadas com o código das melhores práticas apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC (2009)?. Visando buscar responder esta questão, o estudo irá buscar na literatura existente do tema, com o intuito de elaborar um referencial teórico sobre Teoria da Agência e Governança.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Teoria Da Agência

Proposta por Jensen e Meckling em 1976, em "*Theory of the Firm: managerial behavior, agency cost and ownership structure*", possui como pressuposto de que nenhum indivíduo pode desejar maximizar uma função que não seja sua (JENSEN; MECKLING, 1994). Segundo estes autores, separando o controle e a propriedade do capital, surgem uma relação de agência. Jensen e Meckling (1976, p.3 10) definem uma relação de agência como um contrato, em que uma ou mais pessoas (o principal) empregam outra pessoa (o agente) com o intuito de realizar um trabalho ou serviço em seu favor, e neste há uma delegação de autoridade de decisão para o agente.

A suposição que explica a relação entre diretores e agentes no mundo dos negócios. A teoria da agência está preocupada em resolver problemas que possam existir nas relações da agência; isto é, entre diretores (como acionistas) e agentes dos diretores (por exemplo, os executivos da empresa). Pelo entendimento de Jensen e Meckling (1976), o problema de agência não deve restringir-se às situações as quais estão relacionadas às questões voltadas a hierarquia entre os principais e os agentes, mas sim em todas as atividades que possam envolver laços de cooperação entre os indivíduos.

Para Okimura, "a teoria da agência diz sobre a inexistência do agente perfeito. Essa hipótese, por sua vez, abre espaço para a existência de incongruências entre o comportamento desejado pelo principal e o efetivamente apresentado pelo agente". OKIMURA (2003, P.24). Desta forma, a governança corporativa busca reduzir a possibilidade de desalinhamento entre os interesses do principal e o agente, com o intuito de viabilizar e conciliar dentre os interesses de longo prazo da organização.

De acordo com Bradley *et al* (2003), as doações para as organizações sem fins lucrativos tendem a serem feitas diretamente às entidade que prestem serviços a estas, ou então, direcionadas para intermediários, como fundações e órgãos governamentais. Nestes casos, o gestor (prestadoras de serviços ou intermediarias) recebem do principal (doador) as fontes de recursos para desenvolver esta organização, visando chegar à entrega do serviço a um terceiro, que neste caso é o beneficiário.

3.2 Governança

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

A Governança refere-se ao conjunto de sistemas, princípios e processos pelos quais uma empresa é governada. Este conjunto busca fornecer as orientações sobre a forma como a empresa pode ser direcionada ou controlada, de modo que ele possa cumprir as suas metas e objetivos de uma maneira que possa aumentar seu valor e também gerar benefício para todas as partes interessadas no longo prazo. As partes interessadas, neste caso, incluiriam todos os atores que estabelecem relações com a organização, que podem ser considerados desde o conselho de administração, gestão, acionistas, clientes, colaboradores e sociedade.

A Governança é baseada em princípios como a condução dos negócios, buscando sempre a total integridade e justiça, a transparência em relação a todas as operações, divulgando todas as decisões tomadas que tenham influência no rumo da organização, em conformidade com todas as regras estabelecidas, a prestação de contas e responsabilidade para com as partes interessadas e compromisso a condução dos negócios de maneira ética. Em linhas gerais, estes conceitos tornaram-se conhecidos ao longo dos anos relacionados a uma maior exigência da sociedade e de diferentes grupos de interesse, ligados a um desenvolvimento de mecanismos que garantisse uma maior responsabilidade das ações existentes.

3.3 Melhores Práticas de Governança Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC

Para o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, a governança corporativa é conceituada como O sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade". (IBGC, 2009, p. 19). Paralelo a este conceito, o IBGC (2009) prega alguns princípios básicos que estão diretamente relacionados à Governança Corporativa, nos quais, podem ser citados, a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. A seguir serão apresentados cada um destes princípios.

3.3.1. Princípio da Transparência:

Em relação à transparência, o código do IBGC (2009, p.9) diz que "Mais do que "a obrigação de informar", a Administração deve cultivar o "desejo de informar", sabendo que da boa comunicação interna e externa, particularmente quando espontânea, franca e rápida, resulta um clima de confiança, tanto internamente, quanto nas relações da empresa com terceiros. A comunicação não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, mas deve contemplar também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação empresarial e que conduzem à criação de valor". A transparência pode ser aplicada por um conjunto de instrumentos e ferramentas, como a criação de um código de ética e a publicação de demonstrativos ou balanços anuais. Estes instrumentos auxiliariam a evidenciar as atividades efetuadas pelas organizações além de comunicar os diversos públicos interessadas dos recursos disponíveis e do seu destino.

3.3.2. Princípio da Equidade:

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

Quanto ao princípio da Equidade, o Código do IBGC (2009, p. 10) caracteriza-se “Pelo tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, sejam do capital ou das demais "partes interessadas" (*stakeholders*), como colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, são totalmente inaceitáveis”. Em relação as instituições sem fins lucrativos, a equidade deve considerar todos os públicos envolvidos, a sociedade civil e as pessoas, colaboradores e demais interessados.

3.3.3. Princípio da Prestação de Contas (*accountability*):

Sobre a *accountability*, o código do IBGC (2009, p. 10) prescreve que “os agentes da governança corporativa devem prestar contas de sua atuação a quem os elegeu e respondem integralmente por todos os atos que praticarem no exercício de seus mandatos”. O cumprimento do princípio da prestação de contas, mais do que uma oportunidade de esclarecer os públicos interessados e seus interesses legítimos, também se coloca como uma conveniente estratégia para ampliar a busca por recursos, demonstrando as claras intenções e o posicionamento das organizações sem fins lucrativos com as possibilidades de buscar e estabelecer parcerias e projetos.

3.3.4. Princípio de Responsabilidade Corporativa:

Para o IBGC (2009, p. 10) “Conselheiros e executivos devem zelar pela perenidade das organizações (visão de longo prazo, sustentabilidade) e, portanto, devem incorporar considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações. Responsabilidade Corporativa é uma visão mais ampla da estratégia empresarial, contemplando todos os relacionamentos com a comunidade em que a sociedade atua. A "função social" da empresa deve incluir a criação de riquezas e de oportunidades de emprego, qualificação e diversidade da força de trabalho, estímulo ao desenvolvimento científico por intermédio de tecnologia, e melhoria da qualidade de vida por meio de ações educativas, culturais, assistenciais e de defesa do meio ambiente. Inclui-se neste princípio a contratação preferencial de recursos (trabalho e insumos) oferecidos pela própria comunidade”.

Pode-se dizer que o princípio da responsabilidade corporativa está baseado na sustentabilidade das organizações, que o cumprimento e zelo estão encarregados nos agentes da governança. Estes devem prezar pela longevidade da organização, visando incorporar as ações de ordem social das operações em suas atividades relacionadas a organização. Tendo em vista que o conteúdo do código é apresentado de forma prescritiva, é necessário ressaltar que, este estudo, mesmo que utilize os seus preceitos básicos para o entendimento da Governança Corporativa através da base proposta pelo IBGC (2009), não pretende-se afirmar que o referido código seja de fato um tratado efetivo das “melhores práticas”, mas sim, de um ponto de referencia, com características aplicáveis para a operacionalização as organizações brasileiras. A utilização desta referencia neste estudo, se dá também pelo reconhecimento do mesmo no mercado, com o objetivo de evitar possíveis problemas de agência. Ao mesmo tempo, pelo seu conhecimento e o seu acesso livre, este estudo não irá se deter em uma maior descrição do conteúdo do código.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

Esta pesquisa teve como objetivo geral evidenciar e discutir se os princípios de boa governança divulgados pelo IBGC (2009) e em que medida eles são trabalhados em Organizações Não-Governamentais (ONGs). Os princípios definidos pelos IBGC (2009) estão diretamente relacionados a questões como a transparência, a equidade, o princípio da responsabilidade social e a prestação de contas.

Este conjunto de questões devem ser levados em consideração por um gestor de Organizações Não-Governamentais (ONGs). Desse modo, as contribuições deste estudo visam a sugestão da adoção destas práticas, estipuladas pelo código do IBGC (2009), possam apoiar os gestores destas organizações em uma possível implantação de seus princípios, visando a manutenção e perpetuação das mesmas e de sua vital importância na sociedade.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BRADLEY, Bill et al. A oportunidade de US\$ 100 bilhões do Terceiro Setor. **Harvard Business Review**. Harvard: Impact Media. Maio. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - IBGC. **Código das melhores práticas de Governança Corporativa**. 4ª edição. São Paulo: IBGC, 2009.

JENSEN, Michael; MECKLING, William. Theory of the firm. Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of financial economics** 3, p.3 05-360. 1976.

OKIMURA, Rodrigo Takashi. **Estrutura de propriedade, governança corporativa, valor e desempenho das empresas no Brasil**. 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto, N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.